



## SÍNTESE

Esta foi a última aula que proferi no dia oficial da minha jubilação

Filipe Themudo  
Barata

Última Aula

# A VIDA É A SOMA DAS SUAS ESCOLHAS

1 de outubro de 2020

## **A vida é a soma das suas escolhas**

Gosto deste título, que o devo a Albert Camus, um autor mal-amado na sua luta pela liberdade e contra a discriminação e na importância que dava ao papel da consciência moral, a individual e a coletiva. O balanço das minhas escolhas pessoais são para fazer noutra lugar, mas as escolhas que fiz enquanto investigador e académico, julgo ser esta uma boa oportunidade para o fazer.

A primeira certeza é que dediquei, sem nenhum arrependimento, a minha vida profissional à Universidade de Évora. Quando assinei o primeiro contrato como assistente estagiário, há quase 40 anos, tive logo a sensação de que estava a participar na construção de um projeto novo de Universidade. Sentia-me como uma espécie de pioneiro; e gostei. Apesar até das tentações para me mudar, fiquei. E não me arrependo.

Mas antes de começar, quero deixar um agradecimento especial e público aqueles a quem chamei e continuo a chamar meus mestres: António Borges Coelho, que foi quem me trouxe para a carreira docente, naquele tempo como monitor, e que me ensinou que cada fenómeno podia ser lido, discutido e apreendido de várias formas e com vários olhares, e Gonçalo Ribeiro Teles, que tinha uma leitura do território e da vida sempre multifacetada e integrada.

Enfim, entrei, no início de 1983, para dar aulas de História Medieval e, nesses tempos, à falta de mestrados, os assistentes estagiários faziam umas provas que se chamavam de Aptidão Científica e Pedagógica. A minha escolha de um tema recaiu sobre as relações com o mundo árabe no contexto do Mediterrâneo. Lembro-me ainda bem porquê. Primeiro porque, sem conseguir explicar porquê, sempre tive o fascínio por essa região complexa e variada, mas a principal razão talvez tenha sido outra. Quando era aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, apercebi-me de que havia um projeto de Virgínia Rau e Federigo Melis, um investigador e professor das Universidades de Pisa e Florença, que tinham reunido uma gigantesca massa documental inédita que, lamentavelmente e tanto quanto sei, foi deitada para o lixo. Foi entre a curiosidade e

alguma indignação que fui parar ao Mediterrâneo, onde, ainda hoje, me reencontro regularmente.

Este Mediterrâneo começou por ser um terreno de estudo e, para mim, com o tempo, tornou-se um mar de investigação, reflexão e até de ação. Para a maior parte das pessoas, mesmo muitos especialistas, Mediterrâneo refere-se a uma espécie de imagem idílica, verdadeiramente um postal, que as revoltas, os conflitos, as guerras, a migração em massa e a crise económica têm vindo a estragar e desvalorizar. Não é uma perceção só portuguesa, mas antes europeia, que balança entre as mais antigas políticas da União Europeia, ao pretenderem implementar práticas de boa vizinhança, até às mais recentes políticas de olhar com alguma indiferença e muita agressividade para esta ousadia de muitos andarem a estragar o postal, que permitia gozar a praia e beneficiar a mobilidade, numa palavra, fazer um turismo agradável e com uma tonalidade cultural e apreciar uma diversidade quanto baste.

Ainda por cima, o clima ameno em algumas alturas do ano, juntamente com esta diversidade cultural, estimulava o desejo de viajar e conhecer, coisa que as elites europeias tanto apreciam. Para quem quiser ver este lado do Mediterrâneo, leia a correspondência de Manuel Teixeira Gomes. Não resisto a lembrar uma dessas cartas, escrita em Fevereiro de 1929, quando se encontrava em Tunes, e, em poucos dias, teve de participar nas exéquias do Pachá que acabara de falecer, nas celebrações da coroação do novo Pachá, nas cerimónias do terceiro dia do Ramadão que, ainda por cima, coincidiam com a segunda feira de carnaval dos cristãos. No final, entre festas e circunspeção religiosa, confessa-se extenuado. Na minha opinião, foi este ambiente que o filme *Zeus*, de 2016, realizado por Paulo Filipe Monteiro, retratou.

Não é nitidamente o “meu” Mediterrâneo. Em agosto deste ano, fez 25 anos a Fondation Orient Occident a que estou, com orgulho, ligado, e que é justo dizer que se transformou numa referência no Mediterrâneo e no Norte de África no apoio a refugiados. Por isso, somos apoiados pelo ACNUR ( a Agência para os Refugiados das Nações Unidas). Juntamente com a Presidente e fundadora, eu sou o administrador *pro bono* mais antigo; enquadramos cerca de 5000 migrantes, sejam refugiados, emigrantes ou gente que simplesmente procura trabalho na cidade. Este “meu” Mediterrâneo está cheio de

fronteiras (políticas, sociais, culturais e económicas), conhece permanentes conflitos, de maior ou menor intensidade, incorpora a máxima variedade de culturas, línguas e dialetos, povos e práticas e acolhe religiões e seitas que não se restringem às 3 grandes da região; confesso até que, de algumas delas, sou bastante desconhecedor. Mas, por toda esta região perpassa um sentimento difuso de que a alternativa ao conflito é a negociação; e negociações também existem por todo o lado.

Esta ideia de um Mediterrâneo idílico tem raízes, julgo, nos geógrafos do século XVIII e XIX. Começou por ser uma necessidade metodológica de geógrafos, como Friederich Ratzel, Vidal de la Blache e Alfred Philippson, que queriam conhecer as características do planeta. Para mim, de todos eles, o mais interessante talvez tenha sido Carl Ritter. Um naturalista, como então se dizia, que nasceu em 1779 e faleceu em 1859, tendo sido companheiro de Alexander von Humboldt. Ele realçava a importância da natureza na história da Humanidade, mas afirmava que, para conhecer essa natureza, eram precisos dados e elementos para perceber a lógica das características geográficas da terra; daí decorria a necessidade de definir, mesmo de forma bastante empírica, regiões com alguma aparente homogeneidade.

Estava assim a nascer essa ideia de Mediterrâneo. Por isso, ou seja, para que a narrativa tivesse sentido, o naturalista precisou da História para construir um discurso coerente e daí a sua monumental obra, com 19 partes e 21 volumes *Geography in Relation to Nature and the History of Mankind*. Muito mais tarde, Ferdinand Braudel, o grande historiador de referência, forneceu uma nova e definitiva consistência e coerência histórica a este Mediterrâneo. Leio o que ele disse no Prefácio à tradução inglesa da sua famosa obra (*“O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Filipe II”* (1972, p. 14), numa tradução da minha responsabilidade.

*“Atualmente, em 1972, 6 anos depois da segunda edição francesa, julgo que posso afirmar que há duas verdades que se mantêm imutáveis. A primeira é a unidade e a coerência da região mediterrânica ... e a segunda é a grandeza do Mediterrâneo, que perdura desde os tempos de Colombo e Vasco da Gama”.*

Para mim, esta era também a imagem do Mediterrâneo e tenho de reconhecer que foi embalado por ela que fiz as minhas provas de passagem a assistente efetivo e, depois,

o meu doutoramento e com ele tornei-me Professor Auxiliar. Mas à medida que eu me envolvia em projetos nessa região não era o que via e vivia. O que me esmagava, eram, mais uma vez, as fronteiras que cruzavam países, cidades e ruas e o predomínio da diversidade. Em especial, como já disse, achava fascinante a permanente tensão entre conflito e negociação, misturada com enorme e muitas vezes inesperada riqueza cultural.

Para quem sentir a mesma curiosidade, ou semelhante, que eu senti, leia o último livro de Amin Maalouf, editado em 2019, intitulado *O Naufrágio das Civilizações*. Se não concordo com algumas das análises e propostas nele contidas, a primeira parte é uma fascinante e empolgante descrição desse Médio Oriente, onde ele nasceu e viveu e tão bem conhece e de que eu já só testemunhei os últimos restos, já muito deteriorados e a diluírem-se nesta nova realidade de hoje.

Entretanto, em meados da primeira década deste século, li um livro e conheci um dos autores que me ajudou a enquadrar as inquietações que antes referi sobre o “meu” Mediterrâneo. Refiro-me à obra *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History*, da autoria de dois professores de Oxford: o arqueólogo Nicholas Purcell e o medievalista Peregrine Horden, embora os dois se tenham metido pelos terrenos da Antropologia e da Sociologia. Devo dizer que me senti empolgado e lembro-me bem do excelente debate que então organizei em Évora, contrapondo as perspetivas de historiadores franceses e outros como Horden.

Esta perspetiva tantas vezes difusa e sempre complexa ajuda a compreender o que se está a passar e, ninguém tenha dúvidas, vai continuar a passar: os conflitos e mesmo a guerra vão continuar, os fluxos migratórios aumentarão e a diversidade será ainda maior. E Portugal, apesar de estar num extremo da Europa, não escapará a este processo. A sensação de que a nossa identidade se está a diluir só aumentará. Curiosamente, esta foi a nossa história eterna, a de Portugal e do Mediterrâneo. Deixo até um desafio: quem se quiser entreter e talvez perder tempo, vá listando as invasões a que fomos sujeitos, os povos e grupos que se foram estabelecendo e os empréstimos culturais e civilizacionais que se foram consolidando. Quem o fizer tem trabalho para uma vida. Porque uma coisa é certa: as identidades evoluem, fundem-se com outras e, por isso, mudam. Também este fenómeno faz parte da nossa história. A nossa, bem como a

história e a identidade de outros povos mudaram e eles também se adaptaram à mudança.

O interesse exemplar do e pelo Mediterrâneo é essa capacidade de aceitar, absorver e integrar sejam povos, culturas ou dietas alimentares. Pela guerra ou pela negociação, todas as diferenças foram e são integradas. Repito: pela guerra ou pela negociação, todas as diferenças são integradas. De facto, a história do Mediterrâneo é a história extraordinária da diversidade que está sempre a mudar e, como dizia Camões, mudando até a forma de mudar.

Olhar e viver esta região fez-me também confrontar-me com outros problemas. O primeiro tinha relação com o papel da História no mundo de hoje. Para mim é uma questão central, pois eu fui e continuo a ser um historiador. Permito-me resumir o que há um par de anos tive oportunidade de dizer numa conferência que proferi na Academia das Ciências, em Lisboa.

Sendo um historiador e estudando os fenómenos históricos, tendo a trabalhar sobre o longo prazo. Julgo que é esta forma de olhar a História que, em termos prosaicos, nos permite tirar dela alguma utilidade e até ajudar a compreender o que hoje de vai passando.

Desde há bastantes anos, tenho percebido, com algum desconforto, que a História passou a ser um território em que todos se acham com competências para a tratar. Mas, em 2014, foi publicado intitulado *The History Manifesto*, da autoria de Jo Guildi (da Universidade de Brown) e David Armitage (de Harvard) que me ajudou a compreender e refletir sobre estas minhas apreensões.

Porque considero essa obra tão importante? Primeiro porque estruturou uma reflexão em torno de saber porque estamos sob a “ditadura”, o domínio, do “curto prazo”. Depois, porque me ajudou a compreender as consequências de termos diminuído a importância do longo prazo. Claro que há novos modelos explicativos, quase sempre da autoria de economistas e politólogos, que recorrem à história o “quanto baste”, criando, para eles próprios um sistema de acesso ao espaço público e com uma agenda compreensível e

naturalmente do maior interesse para todos, sobre o déficit, o emprego e por aí fora. Mas perdeu-se a compreensão da razão de ser de muitas das nossas escolhas.

Os sintomas são gerais e parecem claros: na vida política predominam os ciclos eleitorais curtos (4 a 7 anos), os executivos das empresas estão pressionados para apresentarem lucros regulares, em termos anuais, mesmo nas universidades europeias, com razões pouco claras, diminuímos dramaticamente os tempos de formação, trocando uma formação inicial clara por uma vaga ideia de formação mais ou menos adequada ao longo da vida; pelas minhas contas, os prazos médios de realização de um doutoramento encurtou-se em 10 anos. Finalmente, esta incapacidade de sair dos prazos curtos conduz-nos, de uma forma irresponsável, a sujarmos e destruímos o planeta sem pensar bem no que se passará no futuro.

As consequências para a profissão de historiador são fáceis de perceber: aceitam-se quase sem discussão ideias bizarras, como o fim da história; perdidos na variedade de diferenças, tendemos a não definir ou encontrar modelos explicativos; organizamos um ensino para ouvir e comunicar e sem preocupação em identificar e sublinhar as ligações passado/presente e, pior ainda, não treinamos a nossa capacidade de identificar continuidade e ruturas.

Mas o papel do historiador deveria ser mais central: a refazer a História como árbitro destes novos tempos críticos e recuperar o tempo e a longa duração de forma mais dinâmica e flexível, a não aceitar nem interiorizar esse afastamento do espaço público e a reivindicar uma agenda que tem na base a guarda na Academia de um profundo conhecimento que, ao longo dos séculos, tem sido contestado, mas também testado.

Saber refletir a partir da nossa memória devia ser uma competência especial. Podemos estar certos de que, antes, alguém já pensou problemas com que hoje somos confrontados, tenho a certeza de que vale a pena tentar perceber constantes da nossa sociedade de hoje que se perdem no passado e, assim, talvez compreendamos que há soluções que achamos agora inovadoras, que também já foram tantas vezes

experimentadas. No fundo, renegamos uma regra básica do conhecimento: a acumulação do saber.

É verdade que estas atitudes não são novas e sempre viveram connosco. No século XIX, quando Jules Michelet incentivava os alunos a participarem, ou pelo menos assistirem, às constantes revoluções quase diárias que aconteciam em Paris, argumentando que a ação das multidões e a sua psicologia eram verdadeiras fontes de História, eles preferiam ouvir o mestre a arriscarem-se nas ruas da capital francesa. Por isso, não aceito o ambiente comum de que a História, em Portugal de forma evidente, é, tantas vezes, uma espécie de curiosidade e passatempo.

É aqui que, no meu percurso académico e também pessoal, se encontraram a História, o Mediterrâneo, o património cultural e a cátedra UNESCO de que sou coordenador até ao próximo dia 17 de outubro.

Para explicar estes encontros e também alguns desencontros, gostava de contar uma pequena história que é real e pessoal.

Em 2001, no quadro de um projeto, fui obrigado a deslocar-me a Damasco. Como não podia deixar de ser, um dia, fui visitar a famosa Grande Mesquita de Damasco como é conhecida, da capital Síria e do mundo islâmico. O edifício é um verdadeiro manual da história do Médio Oriente. Sabia da importância desta mesquita, aberta em 715 pelo califado Omíada, mas devo dizer que o meu conhecimento sobre esta estrutura propriamente dita era bastante vago. Daí talvez o meu espanto. Num pequeno jardim a norte, lá estava o túmulo de Saladino. No pátio, apreciei a qualidade estética da chamada Casa do Tesouro, uma obra mais tardia, depois fui apanhado de surpresa ao ver uma das salas de oração cujo teto estava assente sobre as colunas de um antigo templo romano.

Quando caminhava pela sala de orações, que fora construída por cima de uma basílica cristã, apercebi-me de uma pequena capela, um santuário de facto, em torno do qual muitos homens rezavam. Perguntei ao meu guia de momento o que era aquela inesperada construção no interior da mesquita e ele lá me respondeu que era onde estava depositada a cabeça do profeta Yahya e acrescentou: “Provavelmente conhece-

o como São João Baptista”; espantado, virei-me para ele e a frase saiu-me sem querer: “Mas esse é meu!”. Resposta: “Sabe, também é meu!”. Para acentuar o meu espanto e certamente para divertir-se comigo foi-me mostrar os minaretes, o de Qaitbay, o da Noiva e o terceiro, construído mais tarde, e dedicado a Isa, ou, como nós diríamos, a Jesus. E sabem que mais? Esta mesquita foi construída num muito rico processo de negociação com a comunidade cristã local e, ainda por cima, na sua construção participaram artífices dos quadros cantos do Mediterrâneo Oriental e da Pérsia. Eu sabia de proximidades teóricas e de algumas raízes comuns das 3 religiões do Mediterrâneo, não estava preparado para a sua presença tão forte no quotidiano desta região deste sincretismo radical, apesar do ambiente pouco pacífico que então se vivia.

Não foi só em Damasco que percebi essa possibilidade, mas também realidade, de fundir e misturar identidades, mas também de guardar memórias. Noutra altura, gostaria de relatar experiências especiais em que participei ou testemunhei, seja em Istambul, na Igreja de Santa Sofia, seja num barco navegando perto do Cairo, seja na visita ao extraordinário arquivo maronita nas caves da Universidade de Saint Kaslik, ou ainda no teatro romano de Epidauro, onde assisti a uma declamação improvisada de poesia catalã, creio que de Joaquin Rubió y Ors.

Agora o que me interessa é este lado patrimonial. Volto à Grande Mesquita de Damasco. Muitos investigadores, com formação em arquitetura, urbanismo e arte, dedicaram-se ao estudo desta mesquita e ao seu papel na organização da cidade e dispenso-me agora de aqui deixar as referências; os antropólogos também se interessaram, a propósito desta mesquita, pelos fenómenos da antropologia missionária e do sagrado, ou da representação da cultura árabe.

Custa-me a compreender como os historiadores, alguns historiadores, se desinteressam destes objetos e processos. Refiro-me, claro, ao lado patrimonial, cultural e identitário. Não interessa saber em que condições este monumento foi construído? Quais foram os critérios culturais para a sua construção? Porque é que este espaço se foi tornando um elemento identitário da cultura islâmica? E como se desenvolveram as negociações que conduziram à sua construção e, segundo alguns autores, numa primeira fase, à partilha do espaço entre muçulmanos e cristãos?

Posto de outra forma, tenho dificuldades em aceitar como os historiadores não percebem qual o território que lhes está aberto quando tratamos de um tema que, por estes tempos, identificamos como património material e antes tendíamos a designar como cultura material.

Praticamente desde a minha entrada na Universidade, além de investigador ligado às questões do comércio, das viagens e dos grupos sociais do período medieval, sempre me despertaram interesse a forma como as sociedades se articulavam com o território e iam construindo e modelando as paisagens. Não foi ao acaso. Depois, à medida que, no estudo e em projetos, conhecia o território, fui chocando com estruturas construídas de todo o tipo, com práticas sociais, umas mais vivas e outras quase desaparecidas, com saberes-fazer que, só milagrosamente, se mantêm vivos.

É verdade que, quando queria aprofundar algumas destas realidades, muitas vezes via-me obrigado a entrar por terrenos comumente aceites como pertencentes a outras áreas disciplinares. Curioso como um historiador como Eric Hobsbawm não fugiu a estes problemas e, em 1983, com Terence Ranger, coordenou uma obra de referência intitulada *A invenção da tradição (The Invention of Tradition)*, em que procurava assinalar e compreender a necessidade das sociedades, num mundo inovador e sempre em mudança, terem cada vez mais necessidade de elementos que lhes justifiquem a estrutura e garantam a continuidade e mesmo a ideia de estabilidade. Provavelmente, não estou de acordo com muitas das posições deste historiador, mas admiro o facto de não ter fugido aos problemas do património e os ter abordado.

Desta inquietação decorreu mais um passo da minha vida de académico, quando coloquei a mim próprio algumas perguntas e, entre elas e, para mim, talvez a mais importante: como é que um historiador, sempre preocupado com os processos temporais da economia e dos grupos sociais, se podia também e sem ruturas articular-se com o interesse mais focado nas paisagens e no território e nos valores espaciais nele inscritos?

Em grande medida, foi para dar resposta a estas dúvidas e inquietações, que tinham um lado sempre pessoal, que nasceu a Cátedra UNESCO de que sou fundador e coordenador.

Quando começaram as negociações com a UNESCO sobre o perfil desta Cátedra, não eram claros os limites entre História e Património Cultural e até me lembro que, na avaliação ao primeiro relatório que enviei para Paris, os comentários foram ásperos, lembrando-me que o foco do trabalho da Cátedra era, conforme acordado, o património imaterial e não a história. Eu tinha dificuldades em separá-los. Ainda hoje, muitas vezes, as tenho. Esta Cátedra e o trabalho em que acabei por me envolver, traduziram-se em anos que só posso classificar como apaixonantes.

Agora, ficarei membro emérito da Cátedra, a qual passará a ser coordenada pelo meu colega João Carlos Brigola, a quem desejo a maior sorte do mundo.

Volto ao princípio que é o fim desta minha última aula. Adorei ser professor e, ainda hoje, tenho prazer em dar aulas. Devo até acrescentar que, neste ano muito especial de pandemia, foi um desafio muito estimulante, em poucos dias, passar do sistema presencial tradicional para um ensino diferente e à distância. Afinal, tínhamos competências que mal desconfiávamos.

Seja como for, com os meus alunos de licenciatura, de mestrado e doutoramento, espero ter feito alguma coisa bem feita pelo caminho, pois, hoje, vejo muitos deles a serem competentes nas suas profissões, mas especialmente pessoas e cidadãos decentes.

Jubilo-me por estes dias, mas não desisto das causas da minha carreira: da História, do património cultural e, claro, do Mediterrâneo, do “meu” evidentemente.

Évora, 1 de outubro de 2020